



Formação Docente: Princípios e Fundamentos 2

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Formação Docente: Princípios e Fundamentos 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação docente [recurso eletrônico] : princípios e fundamentos 2 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Formação Docente: Princípios e Fundamentos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-369-9 DOI 10.22533/at.ed.699193005 1. Educação. 2. Professores – Formação. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A problemática da formação docente é um fenômeno que, inegavelmente, encaminha-se para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente transmissores e burocráticos, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente perpassa muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pedagogia de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma disposição ambígua, já que, por um caminho, ele é supervalorizado, a mera transmissão de conhecimentos tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino. Esse debate atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor planejado para ministrar aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. E por sua vez os alunos são vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo.

Um dos aspectos fundamentais referentes aos profissionais da educação encontra-se inscrito no Título VI, artigos 63 e 67, da Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) e, diz respeito à obrigatoriedade da valorização, bem como do seu aperfeiçoamento profissional. Desde então, a formação continuada dos professores tem sido objeto de interesse da pesquisa científica e do crescente investimento de governos em todas as esferas da administração pública. Investimento esse que no dizer de Gatti e Barretto (2009, p. 199), traduz-se num “ensaio de alternativas de formação continuada de professores”. Diante desse contexto legal, novos paradigmas têm orientado os programas de formação continuada, fortalecendo as linhas do aprimoramento profissional e da melhoria da qualidade da educação nas redes públicas. Em outras palavras, são vários os formatos e as modalidades desses programas, com vistas a manter o professor atualizado frente às demandas educacionais da contemporaneidade, em busca de uma escola melhor como garantia da inserção do aluno como cidadão de uma sociedade exigente em informação e conhecimento. Nesse sentido, a formação continuada, enquanto política pública, sugere o desenvolvimento de uma identidade profissional a ser construída pelo próprio professor por meio da pesquisa e da reflexão sobre sua prática pedagógica. Essa continuidade do processo de formação docente, a ser assumida pelos sistemas públicos de ensino, implica responsabilidade individual do professor, do Estado assegurando recursos para viabilizá-la e da sociedade, em termos de melhorias na qualidade da educação pública escolar.

A formação de professores é uma das temáticas que mais tem estado presente nas discussões sobre a educação brasileira no âmbito das escolas públicas do Brasil. Além da importância que vem sendo atribuída, em termos nacionais, o motivo desse destaque se prende a dívida do país em relação a uma educação escolar de qualidade para toda a população. Nesse contexto, insere-se ainda a precária formação dos professores e a perda de sua identidade profissional, o que dificulta a construção de uma escola democrática, de qualidade que vise a cidadania. Há uma preocupação por parte de gestores e educadores em relação à qualidade de ensino e a formação de professores.

Para Tardif (2002, p.112), a formação docente voltou-se para a prática a partir dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, na década de oitenta, onde a sala de aula tornou-se importante objeto de investigação. A partir de então a prática docente passou a ser valorizada e investigada. No Brasil, esses estudos iniciaram-se na década de noventa. Tardif (2002, p.1140), considera que, inicialmente, a reforma educacional preocupava-se com a organização curricular. Enquanto, atualmente, preconiza-se os saberes docentes, a formação docente. Entendendo-se que esta é a melhor maneira de formar professores, a partir da análise da prática do outro. Sendo capaz de desenvolver no futuro professor capacidade crítico- reflexiva para interagir com o conhecimento, gerar novos saberes, e com isso, reconstruir a identidade do professor. A formação docente preocupa-se, cada vez mais, com a formação de uma nova identidade docente baseada em princípios éticos, investigativos, críticos e reflexivos.

Nesse sentido, considerar a escola como locus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação professores. Contudo, não se alcança esse objetivo de uma maneira espontânea. Não é o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo. Uma prática repetitiva, mecânica, não favorece esse processo. Para que ele se dê é importante que essa prática seja capaz de identificar os problemas, de resolvê-los. As pesquisas são cada vez mais confluentes, que esta seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma escola.

A valorização do saber docente, atual, vem provocando uma importante reflexão e pesquisa no âmbito pedagógico nos últimos anos. Tardif, Lessard e Lahaye (1991), afirmam que o saber docente é um saber “plural, estratégico e desvalorizado”. Plural porque constituído dos saberes das disciplinas, dos saberes curriculares, dos saberes profissionais e dos saberes da experiência. Estratégico porque, como grupo social e por suas funções, os professores ocupam uma posição especialmente significativa no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas aos saberes que elas produzem e mobilizam com diversos fins. Desvalorizado porque, mesmo ocupando uma posição estratégica no interior dos saberes sociais, o corpo

docente não é valorizado frente aos saberes que possui e transmite. Muitas explicações que podem ser dadas para essa realidade. Os vários setores da atividade humana passam por significativas mudanças que se concretizam em novas configurações da ordem econômica e política relacionada ao conhecimento, às vinculações pessoais, às comunicações, entre outras, que trazem consequências muito diretas para a educação escolar. Tais mudanças afetam de maneira particular a formação de professores, área que se situa não só no âmbito do conhecimento, mas também da ética, em que estão em jogo entendimentos, convicções e atitudes que compõem o processo de preparação docente.

A identidade do professor é um processo que reúne a significação social da profissão, a revisão das tradições, a reafirmação das práticas consagradas com as novas práticas, o conflito entre a teoria e a prática, a construção de novas teorias. Este é um processo contínuo que envolve um ciclo entre construção e reconstrução permanente que tem como princípio o caráter questionador, crítico e reflexivo que o professor deve assumir. Esta constante reformulação da identidade profissional do professor, apesar de constante, tem um tempo certo para acontecer; passa por um período de acomodação, desacomodação e reacomodação, para que possa ser assimilado, e só então, vivido e experimentado. É fundamental observar que a identidade do professor é uma só, constituída pela sua identidade pessoal e sua identidade profissional.

Os educadores são unânimes em reconhecer o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino, levando a uma reavaliação do papel da escola e dos professores. Entretanto, por mais que a escola seja afetada nas suas funções, na sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, ela se mantém como instituição necessária à democratização da sociedade. Por isso, o tema da formação da identidade de professores assume no Brasil de hoje importância crucial. Não há reforma educacional, não há proposta pedagógica sem professores, já que são os profissionais mais diretamente envolvidos com os processos e resultados da aprendizagem escolar. Num momento político-social e educacional como o que enfrentamos no Brasil hoje, de clara hegemonia do projeto atual, essas questões não podem deixar de estar presentes na agenda da formação continuada de professores. Questões de fundo como “que tipo de sociedade?” Não podem estar ausentes do debate e cotidiano dos professores, junto com a análise crítica das reformas educativas que vêm sendo proposta. A formação da identidade profissional dos professores deve ser alicerçada em sua capacidade de se resignificar, de pesquisar, de questionar e estar constantemente refletindo sobre a práxis, sobre seus saberes e fazeres, reconhecendo seu papel na melhoria social, dentro do que lhe compete. Neste processo a identidade profissional dos professores interfere no trabalho docente pois, um ciclo ininterrupto de resignificação, de busca constante, de conflitos e descobertas. O que não se confunde com a falta de identidade profissional, ou a perda desta identidade. Conclui-se que a formação da identidade destes

profissionais é diferenciada das dos professores das áreas específicas por alguns fatores ora positivos, ora negativos e que dão certa especificidade a identidade destes profissionais. Fatores como a feminilização desta profissão, os baixos salários, a formação em nível médio na modalidade magistério de grande parte do corpo docente (o que esta mudando com o investimento na formação superior destes profissionais, mas ainda de modo restritivo, pois não se formam Pedagogos, e sim professores de séries iniciais com formação superior, o que além de limitar sua atuação, restringe seu currículo às habilidades pertinentes a docência), o reconhecimento da importância desta modalidade de ensino versus o investimento precário para este setor educacional e as constantes intervenções políticas, além da idade e das necessidades sociais e econômicas da clientela a que é destinado o serviço educacional neste setor, são apenas alguns destes fatores. A cobrança social é muito grande e muitas vezes o professor das séries iniciais se vê descaracterizado sua identidade para atender às necessidades de seus alunos, para que, somente então, possa realizar seu trabalho (não que isso não aconteça com professores de outras áreas, mas a pressão exercida é diferenciada em função da pouca idade da clientela). Sua identidade embora esteja em constante processo de resignificação deve ter bases sólidas, para não se perder e sucumbir as pressões, interferências e modismos tão frequentes em seu trabalho. Conclui-se afirmando que, junto com as enormes contribuições que essas novas tendências têm trazido para repensar a questão da formação da identidade de professores, é necessário também estarmos conscientes de seus limites e silêncios. Temos de estar conscientes da necessidade de articular dialeticamente as diferentes dimensões da profissão docente: os aspectos psicopedagógicos, técnicos, científicos, político-sociais, ideológicos, éticos e histórico-culturais.

Abre o livro o artigo A PROVA ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DOS PRIMEIROS ANOS DA BAIXADA SANTISTA, os autores Cícero Guilherme da Silva,, Everton Gomes Silva, Maria Alves de Souza Filha, Nilcéia Saldanha Carneiro, Patrícia Scatolin Teixeira Diniz, buscam identificar qual o sentido da prova escrita para estudantes dos primeiros anos do ensino médio; analisar se tais avaliações têm relevância significativa para o aprendizado do estudante; verificar se os estudantes veem esse tipo de avaliação como aprendizagem formativa e emancipadora, ou se apenas cumprem com as políticas e práticas estabelecidas pelas instituições e pontuar quais as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes em sua formação no início do ensino médio na relação sobre a forma de avaliar do professor. Na perspectiva de compartilhar o artigo NA “COMPARTILHANDO SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”, os autores, Alexandre Montagna Rossini, Amanda Ribeiro Vieira, Juliana Cristina Perlotti Piunti, Plínio Alexandre dos Santos Caetano, buscam descrever o projeto “Compartilhando Saberes” desenvolvido pela Equipe de Formação Continuada de Professores do Campus

Sertãozinho do IFSP. No sentido de indagar o artigo ¿PARA QUÉ SIRVEN LAS HUMANIDADES MÉDICAS? CONSIDERACIONES SOBRE LA MEDICIÓN DE SU IMPACTO, a autora Isabel Morales Benito tem o propósito tratar de una rama del saber que se ha ido implantando en los últimos años y que se crece, caya vez con mayor impulso, tanto en el ámbito de la investigación como en su aplicación para la educación médica. Na perspectiva de inovar p artigo APRENDIZAGEM EM AMBIENTE DE INOVAÇÃO NO IFSP: RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (OBG), os autores Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol, Lucas Labigalini Fuini, Elias Mendes Oliveira, buscam relatar a experiência de participação do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São João da Boa Vista, na 3ª. Olimpíada Brasileira de Geografia (OBG), realizada desde 2015, detalhando os aspectos concernentes às estratégias de ensino-aprendizagem mobilizadas para participação dos alunos na edição de 2017. No artigo METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE CONCEITOS MATEMÁTICOS, os autores Sabrina Sacoman Campos ALVES e Elton Lopes da SILVA Buscam relatar uma experiência de um curso de formação continuada, vivenciado no primeiro semestre de 2017, com professores da Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental de um colégio da rede privada de ensino da cidade de Marília/SP. No artigo A autonomia docente no contexto de uso dos sistemas privados de ensino, as autoras Tatiana Noronha de Souza Maristela Angotti, buscam apresentar parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar o conhecimento de professoras de pré-escola sobre a proposta pedagógica para a educação infantil, no contexto de uso de um Sistema Privado de Ensino – SPE. No artigo A APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS GEOMÉTRICOS POR MEIO DO RECURSO DO DESENHO GEOMÉTRICO: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA, os autores Robinson Neres de Oliveira e José buscaram por meio da pesquisa de Mestrado cujo título é "Contribuição do Desenho Geométrico na apropriação de conceitos geométricos". No artigo A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELACIONANDO A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PROFISSIONAL, o autor Heitor Luiz Borali buscam pesquisar sobre o processo de avaliação e suas dimensões, analisando seus contextos como um instrumento para a investigação de problemas de aprendizagem como objeto que pode conduzir discriminação, a negação e a exclusão. No artigo A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A UTONOMIA DO PROFESSOR, as autoras Lucimara Del Pozzo Basso e Marcia Reami Pechula buscam suscitar alguns apontamentos e provocações a respeito da BNCC e da implicação deste documento na autonomia do professor. No artigo A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA E A MOBILIZAÇÃO DE SABERES DOCENTES POR PROFESSORES ATUANTES NUM PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, os autores Francine de Paulo Martins Lima, Helena Maria Ferreira, Giovanna Rodrigues Cabral, Daiana Rodrigues dos

Santos Prado Buscou investigar a constituição da docência e os saberes mobilizados por um grupo de professores, no âmbito de um programa de alfabetização de jovens e adultos. No artigo A DEFICIENCIA DE ENSINAR: FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E CONFLITOS NA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, os autores Rubens Venditti Júnior, Márcio Pereira da Silva, Milton Vieira do Prado Júnior, Amanda Scucuglia Cezar, Cristian Eduardo Luarte Rocha, Luis Felipe Castelli Correia de Campos Buscam pesquisar como os professores de EF em geral conseguem atender às necessidades dos Deficientes Intelectuais (DI), tendo em vista que a função do professor é ensinar de maneira eficaz e inclusiva, ao passo que ainda encontramos a carência de oportunidades e poucos oferecimentos de atividades ao público PCD, principalmente na especificidade da DI. No artigo a docência como profissão na sociedade midiática: implementação de projeto PIBID em escola pública PAULISTA, os autores Rosemara Perpetua Lopes, João Paulo Cury Bergamim, Eloi Feitosa buscam apresentar resultados de um projeto que teve como objetivo propiciar a aprendizagem da docência a alunos de um curso de Licenciatura em Física, desenvolvido em escolas estaduais de uma cidade do interior paulista, com foco nas especificidades do campo de atuação do professor e nas exigências atuais que pairam sobre esse profissional. No artigo A FORMAÇÃO ACADEMIA DE GINÁSTICA ARTÍSTICA NA LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, os autores Camila Fornaciari FELICI, Virginia Mara Próspero da CUNHA, Livia Roberta da Silva VELLOSO, os autores buscam analisar a prática pedagógica de um professor do curso de licenciatura em Educação Física de uma universidade do Vale do Paraíba, na disciplina de Ginástica Artística. No artigo A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO SUDESTE GOIANO, as autoras Janaina Cassiano Silva, Priscilla de Andrade Silva Ximenes, Altina Abadia da Silva, Eliza Maria Barbosa buscam por meio de um projeto de extensão, com financiamento do PROEXT, que teve como objetivo promover um processo de avaliação, reflexão e socialização dos conhecimentos da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica, ampliando as possibilidades de atuação da equipe pedagógica da educação infantil de um município do sudeste goiano. No artigo A FORMAÇÃO CONTINUADA E O CURRÍCULO NA ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, a autora Isabela Bilecki da CUNHA analisa os índices insatisfatórios de alfabetização dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental da rede municipal de São Paulo nos anos 2000 que levaram a adoção de propostas de formação docente com foco no processo de alfabetização e aquisição de habilidades na leitura e na escrita nas gestões de Marta Suplicy (2001-2004), com o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), e de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2012) com o Programa “Ler e Escrever”. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS, a autora Renata Nassralla Kassis buscou

examinar o conteúdo das falas de treze professoras polivalentes obtidas em encontros de Grupo Focal cujos dados foram interpretados à luz de Pimenta, Freire, Fusari e Silva Cruz, dentre outros. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO TRABALHO COM O AMBIENTE ALFABETIZADOR, as autoras Francine de Paulo Martins Lima, Cláudia Barbosa Santana Mirandola, Helena Maria Ferreira buscam discutir as possibilidades de articulação teoria e prática na formação do professor alfabetizador a partir do trabalho com o tema ‘ambiente alfabetizador’. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OPORTUNIDADE PARA A INOVAÇÃO E MELHORIA DOCENTE EM PATRIMÔNIO URBANO E PLANEJAMENTO, os autores Daniel Navas-Carrillo, Ana Rosado, Juan-Andrés Rodríguez-Lora, María Teresa Pérez-Cano, buscam descrever o ciclo de melhorias implementado na disciplina de “Patrimônio Urbano e Planejamento” da licenciatura em Arquitetura da Universidade de Sevilha. No artigo A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR DO ESPIRITO SANTO, as autoras Sandra Maria Guisso e Geide Rosa Coelho, buscam investigar como o ensino de ciências está inserido no curso de pedagogia de uma faculdade privada do interior do Espírito Santo. No artigo A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE LICENCIATURA, os autores Simone Guimarães Custódio, Irene Matsuno, Sebastião Raimundo Campos, Márcia M. D. Reis Pacheco, Suelene Regina Donola Mendonça, Marilza Terezinha Soares de Souza, buscaram através de entrevistas saber um pouco da trajetória profissional de professores que através dos relatos biográficos, contribuíram para configurar a sua vida pessoal e profissional. No artigo A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, os autores Daniela Silva e Costa SANTANA, Elisabete Filomena dos SANTOS, Nanci Carvalho Oliveira de ANDRADE, Clarice Schöwe JACINTO, Paulo Sergio GARCIA Buscaram investigar e analisar a infraestrutura escolar de Educação Infantil da Região do Grande ABC. No artigo A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO, os autores Ivair Fernandes de AMORIM e Eder Aparecido de CARVALHO o presente estudo busca evidenciar os principais conceitos presentes no regramento legal e institucional analisado assim como evidenciar lacunas e eventuais fragilidades. No artigo A LITERATURA COMO RECURSO FACILITADOR NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DA CRIANÇA SURDA a autora Maria de Lourdes da Silva busca compreender como a literatura pode auxiliar a criança surda no processo de aquisição da leitura e escrita, dentro de uma proposta de ensino bilíngue. No artigo A ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PELO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NOVATO: DESAFIOS, QUALIDADES E IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE, os autores Maisa ALTARUGIO e Samuel de SOUZA NETO busca identificar

e analisar as qualidades ou recursos pessoais (LE BOTERF, 2002) e profissionais (TARDIF, 2010) que são mobilizados e desenvolvidos por um docente universitário novato que assume, sem preparação ou formação prévia, a responsabilidade do papel de orientador de estágios supervisionados. O artigo A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE, os autores Francisca de Moura MACHADO, Eustáquio José MACHADO, Diego Viana Melo LIMA busca analisar as políticas de formação docente para a inclusão, com foco nas vozes dos professores do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. No artigo A PROPOSTA DE PIERRE MONBEIG, AROLDO DE AZEVEDO E MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO PARA O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA (1935), os autores João Luiz Cuani Junior e Márcia Cristina de Oliveira Mello . trata-se de pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida por meio de localização e análise de fontes documentais, dentre elas o texto "O ensino secundário da Geografia", publicado no ano de 1935, na revista Geografia. No artigo A UTILIZAÇÃO DA ABOARDAGEM POR PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL os autores Gabriela Correia da Silva Zulind Luzmarina Freitas, Carolina Zenero de Souza, Lilian Yuli Isoda buscou-se realizar o levantamento bibliográfico de estudos referentes a Projetos realizados em Escolas, em particular Projetos realizados por Professores de Matemática. No artigo A UTILIZAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ECOLOGIA, os autores Roberta Seixas, Denise Maria Margonari, Carolina Xavier Esteves, Paulo Rennes Marçal Ribeiro buscaram pesquisar novos modelos avaliativos, que pudessem proporcionar uma maior abrangência de questões a serem investigadas, que não fossem somente as de caráter formativo e científico, mas que oferecessem um olhar mais amplo acerca de pontos que poderiam ser desvelados por meio de construção de histórias em quadrinhos.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PROVA ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DOS PRIMEIROS ANOS DA BAIXADA SANTISTA	
Cícero Guilherme da Silva Everton Gomes Silva Maria Alves de Souza Filha Nilcéia Saldanha Carneiro Patrícia Scatolin Teixeira Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.6991930051	
CAPÍTULO 2	11
COMPARTILHANDO SABERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Alexandre Montagna Rossini Amanda Ribeiro Vieira Juliana Cristina Perlotti Piunti Plinio Alexandre dos Santos Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.6991930052	
CAPÍTULO 3	22
¿PARA QUÉ SIRVEN LAS HUMANIDADES MÉDICAS? CONSIDERACIONES SOBRE LA MEDICIÓN DE SU IMPACTO	
Isabel Morales Benito	
DOI 10.22533/at.ed.6991930053	
CAPÍTULO 4	36
APRENDIZAGEM EM AMBIENTE DE INOVAÇÃO NO IFSP: RELATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (OBG)	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol Lucas Labigalini Fuini Elias Mendes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6991930054	
CAPÍTULO 5	49
METODOLOGIA ATIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE CONCEITOS MATEMÁTICOS	
Sabrina Sacoman Campos Alves Elton Lopes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6991930055	
CAPÍTULO 6	56
A AUTONOMIA DOCENTE NO CONTEXTO DE USO DOS SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO	
Tatiana Noronha de Souza Maristela Angotti	
DOI 10.22533/at.ed.6991930056	

CAPÍTULO 7	67
A APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS GEOMÉTRICOS POR MEIO DO RECURSO DO DESENHO GEOMÉTRICO: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Robinson Neres de Oliveira José Roberto Boettger Giardinetto	
DOI 10.22533/at.ed.6991930057	
CAPÍTULO 8	79
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELACIONANDO A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PROFISSIONAL	
Heitor Luiz Borali	
DOI 10.22533/at.ed.6991930058	
CAPÍTULO 9	95
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A AUTONOMIA DO PROFESSOR	
Lucimara Del Pozzo Basso Marcia Reami Pechula	
DOI 10.22533/at.ed.6991930059	
CAPÍTULO 10	106
A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA E A MOBILIZAÇÃO DE SABERES DOCENTES POR PROFESSORES ATUANTES NUM PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Francine de Paulo Martins Lima Helena Maria Ferreira Giovanna Rodrigues Cabral Daiana Rodrigues dos Santos Prado	
DOI 10.22533/at.ed.69919300510	
CAPÍTULO 11	118
A DEFICIÊNCIA DE ENSINAR: FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E CONFLITOS NA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	
Rubens Venditti Júnior Márcio Pereira da Silva Milton Vieira do Prado Júnior Amanda Scucuglia Cezar Cristian Eduardo Luarte Rocha Luis Felipe Castelli Correia de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.69919300511	
CAPÍTULO 12	136
A DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO NA SOCIEDADE MUDIÁTICA: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO PIBID EM ESCOLA PÚBLICA PAULISTA	
Rosemara Perpetua Lopes João Paulo Cury Bergamim Eloi Feitosa	
DOI 10.22533/at.ed.69919300512	

CAPÍTULO 13	149
A FORMAÇÃO ACADEMIA DE GINÁSTICA ARTÍSTICA NA LICENCIATURA DE UMA UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	
Camila Fornaciari Felicio Virginia Mara Próspero Da Cunha Livia Roberta Da Silva Velloso	
DOI 10.22533/at.ed.69919300513	
CAPÍTULO 14	161
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO SUDESTE GOIANO	
Janaina Cassiano Silva Priscilla de Andrade Silva Ximenes Altina Abadia da Silva Eliza Maria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.69919300514	
CAPÍTULO 15	174
A FORMAÇÃO CONTINUADA E O CURRÍCULO NA ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Isabela Bilecki Da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.69919300515	
CAPÍTULO 16	185
A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES POLIVALENTES NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS	
Renata Nassralla Kassis	
DOI 10.22533/at.ed.69919300516	
CAPÍTULO 17	200
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA A PARTIR DO TRABALHO COM O AMBIENTE ALFABETIZADOR	
Francine de Paulo Martins Lima Cláudia Barbosa Santana Mirandola Helena Maria Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.69919300517	
CAPÍTULO 18	215
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OPORTUNIDADE PARA A INOVAÇÃO E MELHORIA DOCENTE EM PATRIMÔNIO URBANO E PLANEJAMENTO	
Daniel Navas-Carrillo Ana Rosado Juan-Andrés Rodríguez-Lora María Teresa Pérez-Cano	
DOI 10.22533/at.ed.69919300518	

CAPÍTULO 19	231
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR DO ESPIRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Geide Rosa Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.69919300519	
CAPÍTULO 20	242
A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE LICENCIATURA	
Simone Guimarães Custódio Irene Matsuno Sebastião Raimundo Campos Márcia M. D. Reis Pacheco Suelene Regina Donola Mendonça Marilza Terezinha Soares de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.69919300520	
CAPÍTULO 21	254
A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC	
Daniela Silva e Costa Santana Elisabete Filomena Dos Santos Nanci Carvalho Oliveira De Andrade Clarice Schöwe Jacinto Paulo Sergio Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.69919300521	
CAPÍTULO 22	265
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO	
Ivair Fernandes de Amorim Eder Aparecido de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.69919300522	
CAPÍTULO 23	278
A LITERATURA COMO RECURSO FACILITADOR NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DA CRIANÇA SURDA	
Maria de Lourdes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.69919300523	
CAPÍTULO 24	290
A ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PELO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NOVATO: DESAFIOS, QUALIDADES E IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Maise Altarugio Samuel De Souza Neto	
DOI 10.22533/at.ed.69919300524	

CAPÍTULO 25	301
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	
Francisca De Moura Machado Eustáquio José Machado Diego Viana Melo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.69919300525	
CAPÍTULO 26	312
A PROPOSTA DE PIERRE MONBEIG, AROLD DE AZEVEDO E MARIA CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO PARA O CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA (1935)	
João Luiz Cuani Junior Márcia Cristina de Oliveira Mello	
DOI 10.22533/at.ed.69919300526	
CAPÍTULO 27	321
A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Gabriela Correia da Silva Zulind Luzmarina Freitas Carolina Zenero de Souza Lilian Yuli Isoda	
DOI 10.22533/at.ed.69919300527	
CAPÍTULO 28	333
A UTILIZAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ECOLOGIA	
Roberta Seixas Denise Maria Margonari Carolina Xavier Esteves Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.69919300528	
SOBRE A ORGANIZADORA	346

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC

Daniela Silva e Costa Santana

USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul Mauá - SP
danicostasanttana@gmail.com

Elisabete Filomena Dos Santos

USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul Santo André - SP
elisabetefe1629@gmail.com

Nanci Carvalho Oliveira De Andrade

USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul Santo André - SP
nancicarvalho_2013@yahoo.com.br

Clarice Schöwe Jacinto

USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul Mauá – SP
clariceschowe@gmail.com

Paulo Sergio Garcia

Universidade Municipal de São Caetano do Sul
São Caetano do Sul - SP
paulo.garcia@uscs.edu.br

RESUMO: A infraestrutura escolar tem sido caracterizada por um sistema de elementos estruturais, inter-relacionados, incluindo o edifício escolar, as instalações, os equipamentos e os serviços necessários que garantem o funcionamento da escola e impulsionam a aprendizagem do aluno. Trata-se, em geral, das salas de aula, dos laboratórios, da biblioteca, dos equipamentos, dos computadores, da TV,

do Vídeo, dos materiais, dos livros, dos jornais, entre outros. Neste sentido, na Educação Infantil a infraestrutura sustenta e permite a criação e a organização de ambientes de aprendizagem, que possibilitam o desenvolvimento da criança em todas suas fases. Esta pesquisa investiga e analisa a infraestrutura escolar de Educação Infantil da Região do Grande ABC. Trata-se de uma área com sete municípios, sendo uma das mais ricas do Brasil, situada na região metropolitana do estado de São Paulo. A partir de um estudo de caso, adotado como metodologia para este estudo, dados foram coletados no Censo de Educação de 2017, no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Foram analisadas categorias relacionadas à biblioteca, laboratório de informática, quadra de esportes, sala de leitura, de diretoria, de professores, sanitários, parque infantil, impressora e máquina copiadora, televisão, internet e banda larga, sala para atendimento de crianças especiais, entre outras. Os dados revelaram que há uma grande variabilidade na infraestrutura das escolas de Educação Infantil entre as sete cidades da região. O mais preocupante, neste contexto, é que essa variação na infraestrutura estava ocorrendo dentro de uma mesma cidade, indicando, por um lado, que crianças de um mesmo município possuíam oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, com a criação e organização

de ambientes, diferentes. Por outro, um processo de discriminação social, pois ao invés de a escola atuar na redução das desigualdades sociais, quando não possui infraestrutura adequada ela acaba legitimando este processo. Esses resultados podem fomentar discussões tanto a formação inicial como continuada dos gestores escolares e serem usados por autoridades políticas no contexto de reformas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Infraestrutura escolar, Educação Infantil, Ambientes de aprendizagem.

ABSTRACT: School infrastructure has been characterized by a system of interrelated structural elements, including the school building, facilities, equipment and necessary services that ensure the functioning of the school and foster student learning. These are, in general, classrooms, laboratories, library, equipment, computers, TV, Video, materials, books, newspapers, among others. In this sense, in Infantile Education, the infrastructure supports and allows the creation and organization of learning environments, which enable the development of the child in all its phases. This research investigates and analyzes the school infrastructure of Early Childhood Education in the Greater ABC Region. It is an area with seven municipalities, one of the richest in Brazil, located in the metropolitan region of the state of São Paulo. Based on a case study, adopted as a methodology for this study, data were collected in the Education Census of 2017, on the website of the National Institute of Studies and Research. We analyzed categories related to the library, computer lab, sports court, reading room, board of directors, teachers, sanitary, playground, printer and copier, television, internet and broadband, others. The data revealed that there is great variability in the infrastructure of the kindergarten schools among the seven cities in the region. The most worrying in this context is that this variation in infrastructure was occurring within the same city, indicating, on the one hand, that children from the same municipality had opportunities for learning and development, with the creation and organization of different environments. On the other hand, a process of social discrimination, because instead of the school acting in the reduction of social inequalities, when it does not have adequate infrastructure, it ends up legitimizing this process. These results can foster discussions on both initial and continuing training of school managers and be used by policymakers in the context of educational reforms.

KEYWORDS: School infrastructure, Early childhood education, Learning environments.

1 | INTRODUÇÃO

A infraestrutura escolar (IE) pode ser caracterizada, de acordo com Garcia (2014) pelas instalações, incluindo as salas de aula, os laboratórios, a biblioteca, entre outros; os equipamentos, que são traduzidos pelos computadores, TV, Vídeo, entre outros; materiais que abarcam os livros, jornais, bonecas, entre outros. Neste sentido, ela sustenta e permite a criação e a organização de ambientes de aprendizagem para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil (EI).

Na organização de ambientes de aprendizagem na escola de Educação Infantil é preciso considerar que esses têm de ser organizado a partir de princípios, entre outros, que acolham a criança e tenham no brincar a premissa básica da aprendizagem e do desenvolvimento infantil.

Desta forma, os espaços, os ambientes, necessitam ser organizado para as crianças e, muitas vezes, a partir de seus desejos, propiciando a interação e a troca de conhecimentos entre os pequenos. É de fato a partir da interação, com o outro e com o ambiente, que as crianças constroem o conhecimento, muitas vezes, em espaços organizados pelas professoras (RCNEI, 1998)

Barbosa e Horn (2001) indicaram que as escolas de Educação Infantil possuem na organização dos ambientes de aprendizagem uma parte essencial de sua proposta pedagógica. Assim, essa organização abarca, entre outras coisas, as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, da professora, da escola. Neste contexto, o ambiente de aprendizagem é a imagem da relação pedagógica estabelecida entre as crianças e a professora.

As relações das crianças com o meio, com outras crianças e com os adultos ocorrem no ambiente escolar, que é criado e organizado a partir de ou de vários espaços da escola. Este espaço é caracterizado pela infraestrutura escolar (objetos, equipamentos e materiais didáticos, instalação, mobiliário e decoração), onde se criam e se trocam emoções, intenções sociais e aprendizagens cognitivas.

Horn (2004) indicou que em um mesmo espaço pode se criar diversos ambientes de aprendizagem e com diferentes finalidades para o desenvolvimento das crianças. Mas é preciso considerar que a infraestrutura escolar, neste sentido, é quem permite tal criação e a organização na Educação Infantil. No contexto brasileiro existem indicações que, dependendo da localização da escola, rural ou urbana, e sua esfera administrativa (municipal, estadual, particular), ou dos investimentos realizados, há uma enorme diferença e grande diversidade em relação à infraestrutura das unidades escolares (GARCIA, et al 2014).

Neste cenário está situado este presente estudo, que tem por objetivo investigar e analisar, em uma das regiões mais ricas do país, a infraestrutura escolar de Educação Infantil da Região do Grande ABC, considerando que a criação e organização de ambientes de aprendizagem são tributárias da infraestrutura escolar.

1.1 Infraestrutura e os ambientes escolares de aprendizagem

A infraestrutura escolar pode ser definida, de acordo com Garcia (2014, p. 139) como “um sistema de elementos estruturais, inter-relacionados, que inclui o edifício escolar, as instalações, os equipamentos e os serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e impulsionar a aprendizagem do aluno.”

Na Educação Infantil, a infraestrutura escolar sustenta e possibilita a criação e a organização de ambientes escolares de aprendizagem para o desenvolvimento infantil

das crianças. Neste sentido, o ambiente indica tudo aquilo que envolve e rodeia as crianças, incluindo as pessoas, o espaço, o mobiliário, os equipamentos, os materiais e as relações que neste contexto são estabelecidas. Trata-se de referências que transmitem sensações, emoções, segurança, inquietações e tristezas (ZABALZA, 1998; FORNEIRO, 1988).

O ambiente escolar necessita ser criado a partir das dimensões temporal (aquela que trata da questão do tempo de uso do espaço); funcional (a utilização do local e quais os objetivos para o desenvolvimento das crianças); relacional (quem utilizará e que circunstâncias); física (infraestrutura escolar). É, desta forma, que a criação e organização do ambiente pode ampliar as oportunidades e os limites de aprendizagem das crianças, pois permite acesso aos processos da cultura que estão fora da escola.

Rossetti-Ferreira et al (2007) analisaram os ambientes da Educação Infantil e mostraram que eles necessitam ser estruturados a fim de promover o desenvolvimento da identidade pessoal da criança e de várias competências, além do desenvolvimento motor que acontece por meio da estimulação dos sentidos, entre outros.

Os ambientes e suas organizações estão atrelados à presença adequada da infraestrutura escolar. Na biblioteca, por exemplo, podem ser organizados vários tipos ambientes, considerando as faixas etárias das crianças (rodas de leitura). Na quadra de esportes podem ser estruturadas atividades, visando o desenvolvimento motor da criança (jogos). Materiais e equipamentos (livros, televisão, computadores, internet, entre outros) também podem ser utilizados para a organização do ambiente escolar. A TV atua na ampliação de capacidades cognitivas e críticas (ASAMEN, 1993) e de formas de comunicação sensorial, emocional e racional (MORAN, 2000). Ela também atua nos diversos sentimentos da criança. Os sons, as imagens, as linguagens e os movimentos influenciam os processos de socialização (NAPOLITANO, 2007).

Outro espaço importante é o laboratório de informática, que pode ser lócus de vários tipos de ambientes de aprendizagem. Pode-se usar a informática para ampliar conhecimentos que estão sendo desenvolvidos em sala de aula. Assim, o processo de aprendizagem é enriquecido. Fleischmann (2001) relatou que crianças que aprenderam em ambientes informatizados possuíam raciocínio mais elaborado, entre outras coisas, pela possibilidade de não ter de decorar soluções para o aprendizado. Santarosa (2010) sinalizou que a utilização de software educacional permite o desenvolvimento da imaginação. A ausência deste espaço dificulta a criação e organização de diversos tipos de ambientes de aprendizagem, impossibilitando as crianças de alguns tipos de aprendizagens.

A situação é semelhante com a falta do parque infantil. As unidades escolares que não possuem tais espaços precisam realizar improvisações para atingir alguns tipos de objetivos. Porém, a improvisação nem sempre alcança as finalidades estabelecidas. Como indica Freire (1989) no parque infantil a criança acaba ficando mais tempo concentrada. Ela prefere este espaço porque tem brinquedos que estimulam a fantasia e lá ela brinca e se diverte.

Neste contexto, escolas de Educação Infantil sem alguns espaços essenciais (parque, laboratório de informática, quadra de esportes, TV, internet, entre outros) têm reduzida a diversidade de experiências que podem ser criadas e organizadas para as crianças, o que também afeta as possibilidades de inovação das professoras. A discussão sobre a infraestrutura vem acontecendo no âmbito Custo AlunoQualidade Inicial (CAQi), estruturada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Neste contexto, busca-se conhecer o investimento necessário por aluno para que o Brasil garanta as condições necessárias para o acesso, permanência e qualidade da educação. O CAQi tem fundamentos na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, na Lei do Fundef, no Plano Nacional de Educação (de 2001) e na Lei do Fundeb. Em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CEB n. 8/2010, de 5 de maio de 2010, sistematizando os padrões mínimos de qualidade do ensino para a educação básica.

No CAQi os insumos estão relacionados aos profissionais da educação, às condições de trabalho, salários, plano de carreira, jornada de trabalho e às condições para a formação inicial e continuada. Há outros insumos referentes à gestão democrática, onde destacam-se os estímulos à participação da comunidade escolar, à construção do projeto político-pedagógico, à democratização da gestão da escola (conselhos de escola, do grêmio e dos conselhos de educação). Existem os insumos atrelados ao acesso e à permanência do aluno na escola, refere-se ao trabalho do poder público para garantir as condições de permanência na escola (material didático, o transporte escolar, a merenda, uniforme). Por fim, os insumos de infraestrutura e funcionamento, relacionam-se à construção e à manutenção dos prédios, à existência de instalações adequadas (laboratório, biblioteca e parque infantil), de equipamentos e materiais básicos de conservação e de apoio ao ensino.

2 | A REGIÃO DO GRANDE ABC

O Grande ABC é uma área situada na região metropolitana do estado de São Paulo. Possui 635 km² e 2,5 milhões de habitantes em sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Algumas características demográficas da região são sintetizadas no Quadro 1:

Município	População	Área territorial Km ²	PIB (milhões)	Posição do PIB	IDH-M 2010	Anos médio de estudo	Acesso à internet (%)
Santo André	704.942	175,781	17.664.718	33 ^a	0,815 (8 ^o)	10	72,7
São Bernardo	805,895	409,478	36.337.338	14 ^a	0,805 (16 ^o)	10	81,7
São Caetano	156.362	15,33	11.762.744	48 ^a	0,862 (1 ^o)	11	73,4

Diadema	406.718	30,796	11.786.624	47 ^a	0,757(184°)	08	57,2
Mauá	444.136	61,866	7.633.782	79 ^a	0,766 (134°)	09	65,2
Ribeirão Pires	118.871	99,119	1.978.256	287 ^a	0,784 (58°)	09	62,6
Rio Grande da Serra	47.142	36, 341	529.413	816 ^a	0,749 (245°)	09	52,6%

Quadro 1: características demográficas das cidades.

A renda per capita média de São Caetano era de R\$ 2.349,00, Santo André R\$ 1.499,00, São Bernardo R\$ 1.394,00, Ribeirão Pires R\$ 974,00, Diadema R\$ 917,00, Mauá R\$ 815,00 e Rio Grande R\$ 747,00 (Observatório da Educação do Grande ABC, 2015). São Caetano do Sul tinha o menor território, mas o maior IDH-M (2010).

Dados das escolas e de alunos matriculados na Educação Infantil, em 2017, estão sintetizados nos Quadros 02 e 03:

Quadro 2: Número de escolas das cidades							
Cidades	SA	SBC	SCS	DIA	MAU	RP	RGS
Número de escolas	84	116	43	49	39	30	10

As cidades do grande ABC possuíam, em 2017, 341 escolas de Educação Infantil. Neste contexto, o município de São Bernardo era aquele com o mais número de escolas da região. Rio Grande da Serra possuía o menor número de instituições de ensino.

Quadro 03: Número de matrículas das cidades							
Número de matrículas	Cidades						
	SA	SBC	SCS	DIA	MAU	RP	RGS
Creche	7.725	13.855	3.202	3.736	5.635	2.044	726
Pré-escola	9.030	17.038	2.342	9.317	8.667	2.141	1.075

A situação das matrículas das crianças de Educação Infantil, creches e pré-escolas, da região do ABC, é reveladora de uma demanda particular de uma área metropolitana do estado de São Paulo. Na creche, em 2017, os dados apontaram 36.923 alunos matriculados. No caso da pré-escola, 46.610 crianças estavam nas escolas de Educação Infantil das cidades.

3 | METODOLOGIA

Este estudo investiga e analisa, em uma das regiões mais ricas do país, a infraestrutura escolar de Educação Infantil da Região do Grande ABC, tendo em vista que a criação e organização de ambientes de aprendizagem são tributárias da infraestrutura escolar.

Esta região foi escolhida ser alvo de vários estudos do Observatório da Educação do Grande ABC na Educação Básica. Trata-se de uma pesquisa em uma região

que apresenta condições bem diversas de outras do Brasil e altos níveis sociais, econômicos e educacionais. No entanto, a área também apresenta várias questões para serem superadas (pobreza e desigualdade).

Foi utilizado um estudo de caso como abordagem metodológica (YIN, 1993). Neste tipo de estudo busca-se a singularidade do fenômeno estudado a partir da interpretação da realidade. Os dados foram coletados a partir do Censo de Educação de 2017, microdados

Censo Escolar, situados no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Os dados são referentes a esfera municipal das cidades.

Os dados foram analisados com o uso do software para o uso estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 19. Neste contexto, foram encontradas 19 categorias, conforme o Quadro 04:

1	Cozinha	12	Aparelho de DVD
2	Biblioteca	13	Antena parabólica
3	Laboratório de informática	14	Máquina copiadora
4	Quadra de esportes	15	Retroprojektor
5	Sala de leitura	16	Televisão
6	Sala para a diretoria	17	Internet
7	Sala para os professores	18	Banda larga
8	Parque Infantil	19	Computadores uso dos alunos
9	Sala para Atendimento Especial	20	Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência
10	Sanitário dentro do prédio	21	Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência
11	Sanitário fora do prédio	22	Impressora

Os dados coletados foram representados e analisados com o uso de tabelas, a partir da similaridades e diferenças. Neste sentido, são reveladas as proporções de cada componente da infraestrutura em cada cidade das escolas de Educação Infantil.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados dos sete municípios são apresentados em relação à infraestrutura escolar, de acordo com o Censo Escolar de 2017. As cidades possuíam características bem diversas. O Quadro 05 sintetiza os resultados:

Cidades		SA %	SBC %	SCS %	D %	M %	RP %	RGS %
1	Cozinha	98	98	100	100	100	100	100
2	Biblioteca	28	63	48	41	13	13	0
3	Laboratório de informática	64	12	15	8	82	37	10
4	Quadra de esportes	44	32	25	18	38	23	10

5	Sala de leitura	20	6	10	8	10	23	-
6	Sala para a diretoria	96	88	95	86	90	90	50
7	Sala para os professores	96	62	60	100	90	73	20
8	Parque Infantil	91	86	92	98	70	69	36
9	Sala para atendimento especial	21	10	10	-	31	43	10
10	Sanitário dentro do prédio	31	6	85	29	90	53	-
11	Sanitário fora do prédio	2	2	15	8	10	7	-
12	Aparelho de DVD	99	91	80	92	92	97	100
13	Antena parabólica	1	8	10	-	3	20	-
14	Máquina copiadora	80	38	30	14	36	93	20
15	Retroprojeter	39	43	83	57	41	23	40
16	Televisão	99	94	85	92	100	100	100
17	Internet	82	27	100	47	97	70	80
18	Banda larga	82	22	100	45	79	60	80
19	Computadores de uso dos alunos	521	255	240	23	252	112	1
20	Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	21	8	38	6	18	17	-
21	Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	42	59	68	76	44	50	20
22	Impressora	85	96	88	96	100	93	80

Fonte: Censo Escolar de 2017 – Elaboração dos autores

Uma análise do Censo Escolar de 2017 revelou uma grande diversidade em relação à infraestrutura escolar das escolas de Educação Infantil das cidades do grande ABC. Neste contexto, o espaço que as escolas, a quase totalidade delas, mais contavam era a cozinha.

Quanto à biblioteca, o município de São Bernardo do Campo era o que mais tinha tal espaço (63%). No entanto, nas outras cidades as escolas não dispunham de mais de 50% deste local. Rio Grande da Serra não dispunha desses locais, de acordo com o Censo Escolar de 2017.

Outra questão importante encontrada foi que poucas escolas tinham laboratórios de informática. Apenas a cidade de Mauá possuía mais de 80% de suas escolas com este espaço. Tal ausência dificulta a criação e a organização de diversos ambiente. Fleischmann (2001) mostrou que em ambientes informatizados, as crianças não precisam atuar memorizando soluções. Elas podem construir um raciocínio mais elaborado com a utilização de jogos e softwares educativos. A falta deste espaço está envolvida na discussão sobre a questão da inclusão digital, pois, muitas vezes, habitando nas periferias das grandes cidades as crianças somente terão acesso a esses equipamentos na escola.

Quanto às quadras esportivas, local essencial para criação e organização de algumas formas de ambientes e de atividades escolares, as cidades não tinham mais de 50% desses locais. Santo André, São Bernardo e São Caetano eram as cidades que mais possuíam escolas com parque infantil. No entanto, Rio Grande da Serra tinha somente 36% desses espaços em suas unidades de ensino. Freire (1989) sinalizou

que possuir o parque é importante, pois neste local o tempo de concentração da criança é bem maior do que quando ela brinca, com os mesmos objetivos, em outros espaços (sala de aula). Uma situação que ocorre, pois as crianças tem preferência por este espaço, por suas características, ao ar livre, com brinquedos que estimulam as fantasias.

Quanto à sala de leitura as escolas das cidades não dispunham mais de 25% desses locais disponíveis para os alunos. Quanto à sala para atendimento especial, as escolas contavam pouco com esse espaço para o atendimento dos alunos. Em alguns casos, as instituições de ensino não dispunham mais de 10% (Rio Grande da Serra). Um número pequeno de estabelecimentos de ensino ainda tinha sanitários fora dos prédios (Mauá 43%).

O aparelho de DVD estava presente em quase todas as escolas das cidades. Rio Grande da Serra era a cidade em que todas as unidades de ensino esse equipamento. Quanto à impressora, dispositivo essencial para a criação de certas atividades (pintura), as escolas dispunham deste dispositivo, mas não todas. São Caetano era a cidade em que todas as escolas tinham mais este aparelho. O mesmo acontecia com a máquina copiadora.

Quanto à presença de TV nas instituições de ensino, nem todas dispunham deste equipamento. Em muitas cidades (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), as escolas não dispunham deste aparato para as atividades com as crianças. Asamen (1993) indicou que assistir TV é um processo que desenvolve habilidades cognitivas, assim como as capacidades críticas. Moran (2000), no mesmo sentido, sinalizou que a TV atua no desenvolvimento de formas sofisticadas de comunicação sensorial, emocional, racional, o que atua também nos sentimentos das crianças, pois ela usa uma linguagem conceitual, falada e escrita e integra a imagem, a palavra e a música.

São Caetano era a única cidade que todas as escolas contavam com internet e com banda larga, serviços essenciais para a criação de ambientes de aprendizagem. Em São Bernardo, somente 22% das unidades de ensino contavam com esse serviço. Neste contexto, em geral, as escolas dispunham de computadores para os alunos. No entanto, em algumas cidades esses números não chegavam a 25 equipamentos para as crianças.

Por fim, as escolas contavam com poucas dependências acessíveis aos portadores de deficiência (não chegavam a 40%). Nem todas as unidades de ensino contavam com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência. Pode-se ver verificar aqui um processo de discriminação social, considerando que todas as crianças devem ter atendimentos de acordo com suas necessidades para garantir oportunidades iguais de aprendizagem e de desenvolvimento.

A infraestrutura escolar (ter ou não parque infantil, quadra de esportes ou laboratório de informática em condições adequadas de uso) possibilita a criação e a organização de ambientes de aprendizagem, determinando o grau e a profundidade

em que esses espaços podem ser criados ou organizados.

A infraestrutura oportuniza também as professoras o desenvolvimento da capacidade de inovação nas atividades escolares. Os ambientes criados ou organizados no contexto escolar podem ser tão eficazes para o desenvolvimento das crianças, quanto pode ser a capacidade criativa das professoras e as condições da infraestrutura escolar, entre outras coisas. A construção dos ambientes de aprendizagem, então, relaciona-se diretamente com a questão formação profissional.

A infraestrutura das escolas das cidades do grande ABC é bem diferenciada. Há, entre elas, grande variabilidade, revelando ainda que esta variação estava presente dentro do mesmo município, o que se mostra um tanto inquietante, pois crianças em uma mesma cidade acabam tendo oportunidades de aprendizagem, a partir da criação e da organização de ambientes, diferentes e, neste contexto, a infraestrutura pode legitimar as desigualdades sociais já existentes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou a infraestrutura (instalações, equipamentos, materiais, entre outros) das escolas de Educação Infantil da região do Grande ABC Paulista, mostrando um quadro bem distinto entre as cidades. São dados reveladores de uma demanda particular que auxiliam na discussão sobre a criação e a organização dos ambientes de aprendizagem. Paralelamente, fornecem indícios relevantes para as autoridades políticas, aqueles que podem promover reformas na legislação ou diretamente nas escolas.

A grande variação na infraestrutura entre as cidades indica que enquanto algumas crianças tinham oportunidades de vivenciar, aprender e se desenvolver nos laboratórios de informática, nas quadras e nos parques, ou usando a TV e a internet, outras tinham este direito limitado ou, muitas vezes, negado. Trata-se de um processo de discriminação social, pois ao invés de a escola atuar na redução das desigualdades sociais, quando não possui infraestrutura adequada ela acaba legitimando este processo.

A infraestrutura escolar pode atuar contribuindo para reduzir as desigualdades sociais. Neste caso, de fato, ela atua fazendo com que crianças de nível socioeconômico mais baixo (pobres) possam ter acesso a oportunidades de utilizar e manusear materiais e equipamentos e vivenciar situações de aprendizagem que não seriam possíveis em suas realidades sociais (contexto familiar e social). Neste sentido, a luta da escola pela aquisição e melhoria da infraestrutura escolar, para atuar no desenvolvimento das crianças é, entre outras coisas, uma forma de lutar contra as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso: seu potencial em educação.** Caderno de Pesquisa, n.54, p.51-54, maio, 1984. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1427/1425>> Acesso em: 23 maio 2014.
- ASAMEN, J. K.; BERRY, G. I. (org). **Children and television images. Changing socio cultural word.** Lodon, Sage publication, 1993.
- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil.** In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil. Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.
- CORBIN, J.; STRAUSS, A. **Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory.** 2 ed. London: Sage Publications. 1998.
- FLEISCHMANN, L. J. **Crianças no computador: desenvolvendo a expressão.** Porto Alegre: Mediação, 2001.
- FORNEIRO, L. I. **A organização dos espaços na Educação Infantil.** In: ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre, Artmed, 1998, p. 229-281.
- FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro.** São Paulo: Scipione, 1989.
- GARCIA, P. S. PREARO, L. L. C.; ROMERO, M. C.; BASSI, M. S. **A Infraestrutura das Escolas de Ensino Fundamental da Região do Grande ABC Paulista.** Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, v. 9, p. 614-631, 2014.
- GARCIA, P. S. **Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional (Curitiba. Online), v. 9, p. 153-175, 2014.
- HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MORAN, J. M.; MASSETO, T. BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas.** Campinas, Papirus, 2000.
- NAPOLITANO, M. **Como usar a televisão na sala de aula.** 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DO GRANDE ABC. **Relatório Técnico de educação.** 2015.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Os fazeres na Educação Infantil.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTAROSA, L. M. C. (Org.). **Tecnologias Educacionais Acessíveis.** Porto Alegre: JSM Comunicação Ltda, 2010.
- ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- YIN, R. K. **Applications of case study research.** Thousand Oaks: SAGE Publications, 1993.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-369-9

